

04/10/2011

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 608.426 PARANÁ

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S)	: BS COLWAY PNEUS LTDA
ADV.(A/S)	: FLÁVIO ZANETTI DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EMENTA: **AGRAVO REGIMENTAL. TRIBUTÁRIO. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE CORRETA CARACTERIZAÇÃO JURÍDICA POR ERRO DA AUTORIDADE FISCAL. VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO, DA AMPLA DEFESA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. INEXISTÊNCIA NO CASO CONCRETO.**

Os princípios do contraditório e da ampla defesa aplicam-se plenamente à constituição do crédito tributário em desfavor de qualquer espécie de sujeito passivo, irrelevante sua nomenclatura legal (contribuintes, responsáveis, substitutos, devedores solidários etc).

Porém, **no caso em exame**, houve oportunidade de impugnação integral da constituição do crédito tributário, não obstante os lapsos de linguagem da autoridade fiscal.

Assim, embora o acórdão recorrido tenha errado ao afirmar ser o responsável tributário estranho ao processo administrativo (motivação e fundamentação são requisitos de validade de qualquer ato administrativo plenamente vinculado), bem como ao concluir ser possível redirecionar ao responsável tributário a ação de execução fiscal, independentemente de ele ter figurado no processo administrativo ou da inserção de seu nome na certidão de dívida ativa (Fls. 853), o lapso resume-se à declaração lateral (*obiter dictum*) completamente irrelevante ao desate do litígio.

Agravo regimental ao qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a presidência do



RE 608.426 AGR / PR

ministro Ayres Britto, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de agravo, nos termos do voto do relator.

Brasília, 04 de outubro de 2011.

Ministro JOAQUIM BARBOSA

Relator

Documento assinado digitalmente

04/10/2011**SEGUNDA TURMA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 608.426 PARANÁ**

RELATOR	: MIN. JOAQUIM BARBOSA
AGTE.(S)	: BS COLWAY PNEUS LTDA
ADV.(A/S)	: FLÁVIO ZANETTI DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

RELATÓRIO**O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR):**

“Decisão: Trata-se de recurso extraordinário (art. 102, III, *a* da Constituição) interposto de acórdão prolatado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado:

DIREITO TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. DIVERGÊNCIA DE QUALIFICAÇÃO JURÍDICA NA ESFERA ADMINISTRATIVA.

1. A divergência entre a qualificação jurídica ocorrida entre o Termo de Sujeição Passiva Solidária que qualificou a apelante como contribuinte solidária e o Termo de Verificação Fiscal que a intituiu responsável solidária não acarreta cerceamento de defesa se o contribuinte, a despeito destas divergências, apresenta impugnação ao Delegado da Receita Federal competente.

2. Tendo a apelante optado por atacar na esfera administrativa tão somente seu enquadramento como contribuinte/responsável solidário pelo crédito apurado, o não acolhimento de sua tese não implica cerceamento de defesa nem lhe dá direito a, agora, após precluso o direito, deduzir defesa contra o mérito.

3. Preexistindo Termo de Sujeição Passiva Solidária, assinado pela apelante, a simples menção nos autos de

RE 608.426 AGR / PR

infração à necessidade de apresentação de defesa ao contribuinte e ao responsável pressupõe sua cientificação e preserva seu direito à ampla defesa.

4. Apelação improvida (Fls. 862).

Em síntese, sustenta-se violação do dever de fundamentação das decisões judiciais (art. 93, IX da Constituição) e dos princípios da ampla defesa e do contraditório, na medida em que os autos de infração qualificadores da ora recorrente como contribuinte solidária (Termo de Sujeição Passiva Solidária) e como responsável solidária (Termo de Verificação Fiscal) deixaram de cientificá-la expressamente de seu direito de impugnação (art. 5º, LV da Constituição).

Sem razão o recorrente.

O Tribunal de origem prestou jurisdição de forma fundamentada, ainda que com o resultado não concorde a parte sucumbente. As questões então submetidas e o quadro fático-jurídico foram examinados naquele julgamento, irrelevante a circunstância de constarem de forma sucinta no acórdão recorrido.

Em relação ao art. 5º, LV da Constituição, observo que os princípios do contraditório e da ampla defesa aplicam-se plenamente à constituição do crédito tributário em desfavor de qualquer espécie de sujeito passivo, irrelevante sua nomenclatura legal (contribuintes, responsáveis, substitutos, devedores solidários etc). Por outro lado, a decisão administrativa que atribui sujeição passiva por responsabilidade ou por substituição também deve ser adequadamente motivada e fundamentada, sem depender de presunções e ficções legais inadmissíveis no âmbito do Direito Público e do Direito Administrativo. Considera-se presunção inadmissível aquela que impõe ao sujeito passivo deveres probatórios ontologicamente impossíveis, irrazoáveis ou desproporcionais, bem como aquelas desprovidas de motivação idônea, isto é, que não revelem o esforço do aparato fiscal para identificar as circunstâncias legais que permitem a extensão da

RE 608.426 AGR / PR

relação jurídica tributária.

Porém, nenhum destes elementos está presente no caso em exame.

Segundo se lê à fls. 852, a ora recorrente apresentou impugnação ao Delegado da Receita Federal de Curitiba, oportunidade na qual insurgiu-se exclusivamente contra sua qualificação como contribuinte solidário. É contraditório concluir que a ausência de dizeres expressos acerca do direito de impugnação formou na administração da recorrente a convicção de que era vedada a apresentação de defesa, pois a parte efetivamente atacou parte do ato administrativo. Se optou por não impugnar integralmente a constituição do crédito tributário, a falta não pode ser atribuída à redação dos termos fiscais, pois, como se viu, inexistiu relação de causa e efeito (a falta de advertência sobre o direito foi irrelevante para apresentação de defesa).

Por outro lado, o recorrente não demonstrou de que forma o alegado vício formal efetivamente prejudicou seu direito ao contraditório e à ampla defesa, na medida em que em nenhum momento afirma-se ter sido tolhido o acesso à motivação e aos fundamentos do ato administrativo. Em especial, o acórdão recorrido registra expressamente que a recorrente *foi notificada e assinou o Termo de Sujeição Passiva Solidária (fl. 523), tomando conhecimento de seu inteiro teor. Aliás, tal fato é incontroverso* (Fls. 852).

Assim, embora o acórdão recorrido tenha errado ao afirmar ser o responsável tributário estranho ao processo administrativo (motivação e fundamentação são requisitos de validade de qualquer ato administrativo plenamente vinculado), bem como ao concluir ser possível redirecionar ao responsável tributário a ação de execução fiscal, *independentemente de ele ter figurado no processo administrativo ou da inserção de seu nome na certidão de dívida ativa* (Fls. 853), o lapso resume-se à declaração lateral (*obiter dictum*) completamente irrelevante ao desate do litígio.

Ante o exposto, **nego seguimento ao recurso**

RE 608.426 AGR / PR

extraordinário.

Publique-se. Int.." (Fls. 1.087-1.089).

Em síntese, sustenta-se que a violação do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa está plenamente caracterizada.

É o relatório.

04/10/2011**SEGUNDA TURMA****AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 608.426 PARANÁ****VOTO**

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA (RELATOR): Sem razão a agravante.

Os princípios do contraditório e da ampla defesa aplicam-se plenamente à constituição do crédito tributário em detrimento de qualquer categoria de sujeito passivo, irrelevante sua nomenclatura legal (contribuintes, responsáveis, substitutos, devedores solidários etc). Por outro lado, a decisão administrativa que atribui sujeição passiva por responsabilidade ou por substituição também deve ser adequadamente motivada e fundamentada, sem depender de presunções e ficções legais inadmissíveis no âmbito do Direito Público e do Direito Administrativo. Considera-se presunção inadmissível aquela que impõe ao sujeito passivo deveres probatórios ontologicamente impossíveis, irrazoáveis ou desproporcionais, bem como aquelas desprovidas de motivação idônea, isto é, que não revelem o esforço do aparato fiscal para identificar as circunstâncias legais que permitem a extensão da relação jurídica tributária.

Porém, no caso em exame, não foi confirmada a utilização de presunções ou ficções inadmissíveis, nem a falta de motivação ou de fundamentação idôneas. Houve oportunidade para impugnação, como indicado na decisão agravada, e a circunstância de a defesa ter sido parcial somente pode ser imputada à escolha da própria agravante, uma vez que os lapsos linguísticos cometidos pela autoridade fiscal não são aptos a caracterizar o desrespeito ao direito de impugnar integralmente a constituição do crédito tributário.

Assim, embora o acórdão recorrido tenha errado ao afirmar ser o responsável tributário estranho ao processo administrativo (motivação e fundamentação são requisitos de validade de qualquer ato administrativo

RE 608.426 AGR / PR

plenamente vinculado), bem como ao concluir ser possível redirecionar ao responsável tributário a ação de execução fiscal, *independentemente de ele ter figurado no processo administrativo ou da inserção de seu nome na certidão de dívida ativa* (Fls. 853), o lapso resume-se à declaração lateral (*obiter dictum*) completamente irrelevante ao desate do litígio.

Ante o exposto, **nego provimento ao agravo regimental.**

É como voto.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 608.426

PROCED. : PARANÁ

RELATOR : MIN. JOAQUIM BARBOSA

AGTE.(S) : BS COLWAY PNEUS LTDA

ADV.(A/S) : FLÁVIO ZANETTI DE OLIVEIRA E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Decisão: negado provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Decisão unânime. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. **2ª Turma**, 04.10.2011.

Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Joaquim Barbosa e Ricardo Lewandowski. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo da Rocha Campos.

Karima Batista Kassab
Coordenadora